
A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

A decisão do STF de desmembrar a opera o "lava jato" deve dificultar os acordos de delac o premiada.   que os procuradores exijam que os delatores entregassem "novos mercados" em que há corrup o, e não apenas o setor de petróleo. O Supremo decidiu que informa es que não tenham conexão direta com a Petrobras devem ser agora investigadas por outros procuradores e fora da 13  Vara Federal Criminal de Curitiba. Um magistrado só pode dar ao réu os benefícios da delac o premiada depois de comprovar que as informa es fornecidas por ele são reais. Como elas serão investigadas fora do Paraná, surge a d vida de como poderão ser usadas nos processos tocados por Moro. As informa es são da coluna da jornalista M nica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Caso a caso

A análise da liga o entre fatos e provas de cada inquérito   o que vai determinar novos desmembramentos na opera o "lava-jato" e esses procedimentos deverão ser feitos caso a caso, dizem especialistas ouvidos pelo jornal **Folha de S.Paulo**. Eles não acreditam que foi criado um precedente com a decisão do STF que tirou do juiz Sergio Moro um dos braços resultantes da opera o.

"Lava jato" nos EUA

Um representante do Departamento de Justiça dos Estados Unidos vai a Curitiba em outubro para negociar acordos com delatores da Opera o Lava Jato. O objetivo   conseguir provas para processar empresas que têm negócios nos EUA e pagaram propina no Brasil ou em outro território para fechar contratos com a Petrobras. Empresas brasileiras que têm negócios nos Estados Unidos ou companhias americanas que trabalham para a Petrobras podem ser punidas se as autoridades de l  concluirem que a corpora o pagou suborno no Brasil ou na Su a para fechar negócios. As informa es são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Delatores na Su a

As autoridades su as investigam Eduardo Musa e Julio Camargo, delatores da "lava-jato" que citaram o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em seus depoimentos no Brasil. A Procuradoria-Geral da Su a confirmou ao jornal **Folha de S.Paulo** que o alvo principal são as contas bancárias no país usadas por ambos para receber propina do esquema de corrup o que envolvia a empresa. Musa afirma que Cunha tinha a palavra final na indica o para a diretoria Internacional da Petrobras e Camargo acusa Cunha de ter recebido R\$ 5 milhões desviados da estatal. O presidente da Câmara diz não ter tido e acesso ao depoimento de Musa e nega ter recebido propina.

Recurso inédito

O governo articula com ministros do Tribunal de Contas da União considerados próximos ao Planalto uma estratégia para protelar o envio de parecer sobre as contas de 2014 e as "pedaladas fiscais" ao Congresso. Em caso de rejei o do balanço, o que poderia precipitar um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff no Legislativo, a estratégia deve ser um inédito pedido de recurso



junto à corte. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Advogados em prontidão

Alguns dos principais advogados criminalistas do Brasil que atuam na defesa de alvos da “lava-jato” esperam apenas a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal que irá estabelecer o exato alcance e as circunstâncias do fatiamento da operação. Os advogados Pierpaolo Bottini, Antonio Carlos de Almeida Castro e Luiz Flávio Borges D'Urso contaram em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo** os próximos passos que vão tomar na defesa dos réus que defendem no caso.

Prisão decretada

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira (25/9) a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões do ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney (PMDB), João Abreu. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. Trata-se de um desdobramento da operação “lava-jato”. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Reajuste do Judiciário

A média salarial do Judiciário é de R\$ 12 mil ao mês, valor 40% acima do Legislativo e 70% acima do Executivo. É por meio dessa disparidade salarial que os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, pretendem amparar o veto ao reajuste do Judiciário. A informação é do colunista Ilmar Franco, do jornal **O Globo**.

MPF se articula

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve se reunir nos próximos dias com procuradores da força-tarefa de Curitiba para definir uma estratégia de atuação do grupo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de fatiar a operação “lava-jato” e transferir um dos inquéritos para São Paulo. Os procuradores da força-tarefa vão se colocar à disposição para ajudar em outras investigações que, a partir de agora, poderão ser transferidas do Paraná para outros estados, informa **O Globo**.

Compartilhando experiência

A Polícia Federal decidiu enviar delegados que atuam na Operação Lava-Jato em Curitiba para outras unidades da PF no país que recebam parte dos autos da investigação. Esta foi a solução encontrada para evitar possíveis prejuízos ao andamento dos trabalhos após decisão do Supremo Tribunal Federal determinando a descentralização dos processos. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Cadeira vazia

O ministro Gilmar Mendes afirmou, durante sessão do Tribunal Superior Eleitoral, que ficar sem presidente da República pode até ajudar o país. Mendes disse que a decisão do STF no caso que analisava as doações de empresas para campanhas considerou as doações ilegais desde sempre, o que



inviabilizaria os mandatos de todos os políticos que se elegeram com doações privadas anteriormente. "A rigor, hoje, nós não temos presidente da República, o que, talvez, até ajude", afirmou Mendes, sem citar a presidente Dilma Rousseff. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Opinião

“Perfeitamente legítima”

Em editorial o jornal o **Estado de S. Paulo** elogiou a decisão do STF em desmembrar parte das investigações e julgamentos da operação "lava jato". Ressaltou que a tese vencedora teve voto de oito dos dez ministros presentes na sessão e que é uma decisão legítima e tecnicamente defensável. "Só assim, com respeito às instituições, que funciona a democracia", opinou o jornal.

Autores: Redação ConJur